Ministério da Justiça

Fornecimento de pneus à Comissão do Trabalho Prisional e Correccional, efectuado no ano de 1946 pelo Commissariado do Desemprego 35.840\$00

Ministério da Guerra

Abonos relativos ao período de 6 de Julho a 31 de Dezembro de 1946 em dívida ao tenente, na situação de reserva, Luciano Lacerda de Almeida. 10.237\$30

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Excesso de consumo de energia eléctrica relativo ao mês de Dezembro de 1945 em dívida pelo Ministério às Companhias Reunidas Gás e Electricidade 8.826\$60
Despesas efectuadas no ano findo com a reparação de três salas do Palácio das Necessidades 52.302\$75
61.129\$35

Ministério das Obras Públicas

Transportes relativos ao ano de 1947 fornecidos pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses ao Gabinete do Ministério 115\$40

Ministério da Educação Nacional

Exemplares de provas do projecto de alterações do ensino técnico fornecidos no mês de Outubro de 1946 à Secretaria Geral do Ministério pela Imprensa Nacional. 780\$00
Diferenças de pensões provisórias de aposentação a diversos professores do ensino primário, abonos de vencimento de exercício perdido, diferenças de vencimentos por concessão de diuturnidades, gratificações a regentes escolares e ajudas de custo com o serviço de exame respeitantes aos anos de 1946 e 1947 12.380\$52
Chamadas telefónicas efectuadas em 1947 pela Direcção Geral do Ensino Liceal e em dívida à Companhia dos Telefones 1.250\$50
Gratificações por acumulação de regências e por regências de cursos práticos não abonadas no ano de 1947 pela Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra 130.524\$96
Despesas com o internamento nos Hospitais Cívicos de Lisboa da auxiliar dos serviços de limpeza do Liceu Camões, Ludovina da Conceição Lopes 546\$00
145.481\$98
275.086\$33

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Março de 1948. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellata de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 36:805

Verificando-se a conveniência de reunir num mesmo serviço as obras de construção das novas instalações para a marinha;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A Comissão Administrativa das Obras da Base Naval de Lisboa, criada com carácter eventual pelo decreto-lei n.º 29:485, de 17 de Março de 1939, passa a designar-se por Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha, mantendo o mesmo carácter.

Art. 2.º Compete à Comissão estudar, administrar e fiscalizar a construção e equipamento das novas instalações para a marinha, de harmonia com os planos que forem aprovados em Conselho de Ministros, sobre proposta dos Ministros da Marinha e das Obras Públicas.

Art. 3.º O director-delegado da Comissão terá a coadjuvã-lo dois engenheiros adjuntos, um para as obras do Montijo e do Alfeite e outro para as restantes obras a cargo da Comissão.

§ único. Enquanto for julgado necessário, o director-delegado e os seus adjuntos serão assistidos de dois oficiais da armada, designados pelo Ministro da Marinha, um para cada grupo de obras.

Art. 4.º A Comissão reger-se-á pelas disposições do decreto-lei n.º 29:485 não alteradas pelo presente diploma.

Art. 5.º Este decreto-lei entra em vigor no dia 1 de Junho de 1948, transitando nessa data para cargo da Comissão as obras referidas no artigo 2.º presentemente adstritas à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e bem assim os saldos das dotações às mesmas consignadas no capítulo 3.º do orçamento em vigor do Ministério das Obras Públicas.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Março de 1948. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellata de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 12:331

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, em harmonia com o disposto no artigo 32.º do decreto-lei n.º 35:395, de 26 de Dezembro de 1945:

1.º A missão hidrográfica de Cabo Verde, criada pelo decreto-lei n.º 34:682, de 21 de Junho de 1945, rege-se, na parte aplicável, pelas disposições do decreto-lei n.º 35:395, de 26 de Dezembro de 1945, tendo em vista o que se dispõe na presente portaria.

2.º A missão subsistirá até que superiormente se dêem por findos os seus trabalhos, entendendo-se que o primeiro período de actividade se estenderá pelos anos de 1948 a 1950, a que poderão suceder-se outros períodos de igual ou menor duração.

3.º As épocas das campanhas a empreender serão estabelecidas em despacho ministerial, publicado no *Diário do Governo*, em harmonia com o plano de trabalhos que for previamente apresentado pelo chefe da missão

para cada ano e aprovado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.

§ 1.º O tempo de ausência da metrópole em cada campanha não deverá exceder duzentos e quarenta dias, dos quais cento e oitenta, no máximo, serão passados nos locais de trabalho. O tempo de permanência na metrópole será utilizado na realização dos serviços e estudos complementares de cada campanha, na elaboração do respectivo relatório e na organização das peças escritas e desenhadas que traduzam os resultados da actividade da missão.

§ 2.º Poderá ficar na colónia todo o ano ou parte dele, como for julgado mais conveniente, o pessoal necessário à conservação e manutenção do navio e de outro material atribuído à missão.

4.º A missão será dividida em quatro brigadas: de mar, de terra, de portos e de fotogrametria aérea.

a) À brigada de mar competirá o levantamento hidrográfico da costa e braços de mar e a recolha dos elementos para confecção do roteiro e das cartas de pesca;

b) À brigada de terra competirá o levantamento geográfico e topográfico e a sinalização para os trabalhos da brigada de mar;

c) À brigada de portos competirá o levantamento hidrográfico dos portos, rios e canais;

d) À brigada de fotogrametria aérea competirá o levantamento aéreo da zona litoral das ilhas de Cabo Verde.

5.º A distribuição do pessoal pelas diversas brigadas será feita pelo chefe da missão, de acordo com as necessidades do serviço.

6.º A cada campanha deverá seguir-se um período de trabalhos de gabinete, durante o qual se coligirão os elementos obtidos e se organizará o relatório da campanha. De tudo se dará conta à Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, devendo o relatório ser entregue com uma antecedência não inferior a trinta dias sobre a data fixada para a partida para nova campanha.

§ único. Um exemplar do relatório deverá ser enviado ao governo da colónia de Cabo Verde, com as observações que a Junta considerar necessário formular.

7.º Os quadros do pessoal da missão continuarão a ser, provisoriamente, os definidos na portaria n.º 11:269, de 12 de Fevereiro de 1946.

§ único. O pessoal que actualmente faz parte da missão continuará nos seus cargos, em harmonia com as equiparações adiante estabelecidas e sem necessidade de quaisquer formalidades.

8.º No caso de falta ou impedimento do chefe da missão assumirá as suas funções o adjunto mais antigo ou de maior patente.

§ único. Se o comandante do navio hidrográfico for também chefe da missão, no caso de ausência ou impedimento deste serão atendidas as normas da Ordenança do Serviço Naval no que respeita à substituição do comandante do navio e será o comandante interino o chefe da missão.

9.º No ano de 1948 o pessoal da missão será abonado, em harmonia com o regulamento aprovado pela portaria n.º 12:215, de 26 de Dezembro de 1947, completado pelas disposições da portaria n.º 12:276, de 5 de Fevereiro de 1948:

a) De vencimento ultramarino, conforme se estatui no quadro III do mesmo regulamento, equiparando os primeiros e segundos-tenentes de marinha que não exerçam funções de chefia a primeiros-assistentes, os primeiros e segundos-tenentes de outras classes a segundos-assistentes, os primeiros e segundos-sargentos a pessoal graduado não diplomado de 1.ª e 2.ª classes e os cabos e marinheiros a pessoal subalterno;

b) De subsídio diário dos seguintes quantitativos:

I) Oficiais:

Capitão-tenente	100\$00
Primeiro-tenente	80\$00
Segundo-tenente	60\$00

II) Sargentos:

Primeiro-sargento	40\$00
Segundo-sargento	30\$00

III) Praças:

Cabo	20\$00
Marinheiro	10\$00

c) De subsídio de campo nos seguintes quantitativos diários:

I) Pessoal superior:

Chefe de missão ou de brigada	130\$00
Primeiro-assistente	90\$00
Segundo-assistente	70\$00

II) Pessoal graduado	50\$00
III) Pessoal subalterno	25\$00

§ 1.º Na metrópole e em viagem o pessoal da missão será abonado dos vencimentos militares que lhe competirem nessas situações.

§ 2.º A percepção na metrópole de subsídio de trabalhos de gabinete terá lugar nas condições estabelecidas no § 3.º do artigo 4.º do regulamento.

§ 3.º Em relação ao pessoal do navio hidrográfico o encargo do Ministério das Colónias quanto ao abono de vencimento ultramarino será apenas o respeitante ao subsídio complementar a que se refere o artigo 7.º da portaria n.º 12:215.

§ 4.º Os trabalhos de mar, de portos e de fotogrametria são considerados como trabalhos de campo para efeitos de abono do respectivo subsídio.

§ 5.º O pessoal militar perceberá as gratificações de voo previstas na sua legislação especial, sempre que a elas tiver direito e não for abonado de subsídio de campo.

Ministério das Colónias, 23 de Março de 1948. — O Ministro das Colónias, *Teófilo Duarte*.